



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Filosofia e Ciências

VALENTIN KONDRATIUK MESSINA

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DE DENTRO PARA FORA:
TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA**

MARÍLIA

2026

VALENTIN KONDRATIUK MESSINA

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DE DENTRO PARA FORA:
TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia
e Ciências, Marília, para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Jair Pinheiro

MARÍLIA

2026

M585r Messina, Valentin Kondratiuk
A Revolução Bolivariana de dentro para fora : transformações na
política externa venezuelana/ Valcintin Kondratiuk Messina....
Marília, 2026
27 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado• Relações
Internacionais)• Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Jair Pinheiro

1. Venezuela. 2. Revolução Bolivariana. 3. Puntofijismo. 4. Política
externa venezuelana. 1. Título.

VALENTIN KONDRATIUK MESSINA

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DE DENTRO PARA FORA:
TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data da defesa: 09/12/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jair Pinheiro
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus Marília, SP
Orientador

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus Marília, SP

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus Marília, SP

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo comparativo sobre dois momentos da política externa venezuelana, o período puntofijista (1958-1999) e o período de presidência de Hugo Chávez (1998-2012) em que se constituiu a chamada Revolução Bolivariana. Foram definidos três eixos de análise a partir dos quais serão realizadas as comparações. Estes são: a política externa do petróleo, as relações Venezuela-Cuba, e as relações Venezuela-Estados Unidos. Para este fim, foram levantadas bibliografias pertinentes ao tema que serão discutidas ao longo do artigo. Este trabalho não pretende ser um estudo exaustivo, o propósito é destacar algumas das mais relevantes transformações na atuação da Venezuela no âmbito internacional, particularmente na região da América Latina e do Caribe.

Palavras-chave: Venezuela; Revolução Bolivariana; puntofijismo; política externa venezuelana

ABSTRACT

The objective of this article is to present a comparative study of two periods in Venezuelan foreign policy: the Puntofijista era (1958-1999) and the presidency of Hugo Chávez (1998-2012), during which the so-called Bolivarian Revolution was established. Three axes of analysis were defined from which comparisons will be made: oil foreign policy, Venezuela- Cuba relations, and Venezuela-United States relations. To this end, relevant bibliographies were compiled and will be discussed throughout the article. This work does not intend to be an exhaustive study, its purpose is to highlight some of the most relevant transformations in Venezuela's international actions, particularly in the Latin American and Caribbean region.

Keywords: Venezuela, Bolivarian Revolution, Puntofijismo, Venezuelan foreign policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
POLÍTICA EXTERNA DO PETRÓLEO NO PERÍODO PUNTOFIJISTA.....	8
POLÍTICA EXTERNA DO PETRÓLEO NA QUINTA REPÚBLICA.....	11
RELAÇÕES CUBA-VENEZUELA NO PERÍODO PUNTOFIJISTA.....	15
RELAÇÕES CUBA-VENEZUELA NA QUINTA REPÚBLICA.....	16
RELAÇÕES EUA-VENEZUELA NO PERÍODO PUNTOFIJISTA.....	17
RELAÇÕES EUA-VENEZUELA NA QUINTA REPÚBLICA.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

Introdução¹

O presente trabalho se propõe a estudar as mudanças na política externa da República Bolivariana da Venezuela ocorridas na virada do século a partir do processo conhecido como Revolução Bolivariana. Este trabalho não objetiva uma análise exaustiva, no lugar foram definidos três eixos temáticos, dos quais serão realizadas as comparações. Estes são: a política externa do petróleo, as relações Venezuela-Cuba e as relações Venezuela-Estado Unidos. É evidente que estes três temas não são completamente independentes um do outro, e portanto existem pontos de intersecção entre eles ao longo do trabalho.

Como define Caio Prado Junior:

“Revolução” em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. (Junior, 2000, p.26).

Sob tal lente, a ideia de uma Revolução Bolivariana – por seu caráter de revolução – necessariamente implica, dentre outras coisas, em profundas transformações econômicas que por sua vez envolvem transformações radicais na política externa do país. Além do conceito de revolução, é interessante considerarmos a figura da qual esta revolução em particular recebeu o seu nome: Simón Bolívar. O Libertador, como é conhecido, é uma figura histórica de muita significância simbólica pelo seu papel nas guerras de independência sul-americanas, mas tratando da Revolução Bolivariana - em especial sobre seus objetivos internacionais - há um resgate do sentimento anti-imperialista expresso por Bolívar que não era voltado apenas contra a Espanha, mas posteriormente também contra os Estados Unidos. Além disso, há um resgate de seu desejo por uma união dos povos da América, notoriamente expresso em sua *Carta de Jamaica*. Assim, a ideia de uma Revolução Bolivariana não apenas implica em transformações radicais nos rumos do país, como também remete a um *espírito bolivariano* de integração latino-americana e enfrentamento ao imperialismo. Esse destrinchamento do sentido simbólico por trás do nome que leva a Revolução Bolivariana já deixa evidente alguns dos princípios que a direcionam.

¹ Trabalho de conclusão de curso elaborado aos moldes da Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas, publicação periódica da Universidade de Brasília.

Para propósito de comparação, serão analisados dois períodos específicos da história venezuelana. O primeiro deles é a parte final da Quarta República, período que sucedeu a ditadura de Marcos Pérez Gimenez e é conhecido como “puntofijismo” (1958-1999). Este momento histórico leva este nome devido ao Pacto de Puntofijo, acordo que essencialmente dividiu a presidência do país recém-redemocratizado entre dois dos partidos que contribuíram com a queda de Gimenez: a Copei e a AD. Importante destacar a exclusão do PCV (Partido comunista da Venezuela) de tal acordo, mesmo ele tendo um papel fundamental na rebelião social que veio a derrocar a ditadura de Marcos Pérez Gimenez. Esta ausência é consequência da influência que os Estados Unidos tiveram em tal acordo, já que ele na realidade representa apenas a continuidade de um acordo já iniciado em Nova Iorque. (Maringoni, 2009, p. 59) Assim, no âmbito das relações internacionais este período foi marcado por uma maior aproximação com os Estados Unidos, fator que se refletia em diversos aspectos da conjuntura política e econômica venezuelana, como a influência privada na PDVSA, a adoção de medidas liberais de austeridade e a repressão a grupos de esquerda principalmente devido às pressões que recaíram sobre os governos latino-americanos pós-Revolução Cubana.

O segundo período a ser considerado nesta pesquisa vai de 1999 até 2012 e representa os mandatos presidenciais de Hugo Chávez, o início da Revolução Bolivariana bem como o seu marco mais significativo: a promulgação da constituição de 1999 a partir do referendo popular. São justamente as transformações nas relações exteriores deste período que esta pesquisa pretende analisar, com foco especial na nova aproximação com países caribenhos através de programas como o Petrocaribe e organizações como a ALBA-TCP. Outro aspecto também de bastante interesse é o crescente antagonismo que surge neste período entre os Estados Unidos e a Venezuela, fato muito facilmente observado não apenas a partir de declarações inflamadas de mandatários de ambos os países, mas também pela guerra econômica travada pelo país norte-americano. Este último fator é de suma importância pois a sua consequência final é a violenta crise política e econômica que hoje assola o país. Esta pesquisa não se propõe a averiguar a próxima grande mudança nas relações internacionais venezuelanas: a partir 2013 com o falecimento de Hugo Chávez e o início do primeiro mandato de Nicolás Maduro, há uma intensificação da pressão econômica interna e externa que aqui não será discutida com profundidade. Mesmo assim, o antagonismo para com os Estados Unidos tem seu início no começo do Século XXI e, portanto, tendo em vista que esse se trata de um processo contínuo e em andamento, uma análise de como começaram estas transformações é relevante para uma compreensão adequada do que sucede hoje.

A relevância desta pesquisa está, dentre outras coisas, na desmistificação da Venezuela e dos processos políticos e sociais que lá ocorrem. Em anos recentes o país passou a ser uma espécie de “bode expiatório” para a propagação de ideologias políticas, mas sem uma compreensão profunda das reais causas e processos que levaram o país à situação de crise política e econômica em que se encontra hoje. Por ser um tema bastante recente e em andamento, existem ainda aspectos que merecem mais atenção, um deles é justamente o tema desta pesquisa. Assim, a presente pesquisa se apresenta como complemento aos estudos acerca da crise venezuelana e da Revolução Bolivariana, ambos fenômenos de imensa importância para se pensar nos logros e nos limites de um projeto anti-imperialista na América do Sul do Século XXI.

Política externa do petróleo no período puntofijista

A economia venezuelana não pode ser compreendida sem considerar a sua característica fundamentalmente monoexportadora petroleira. Cerca de 98% das moedas estrangeiras que entram no país são provenientes da exportação de petróleo para o mercado mundial (Curcio, 2017, p. 72). Desde a sua descoberta em 1878, o petróleo teve papel fundamental na composição econômica do país, ao ponto de ser considerado um exemplo típico do fenômeno da doença holandesa, em que um país se torna tão dependente de sua exportação de produtos primários que ela se impõe como um entrave para o desenvolvimento de uma indústria manufatureira. Dada essa particularidade, faz-se necessária uma análise focada na empresa petroleira estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), elemento central nas transformações que a política externa venezuelana sofreu a partir da Revolução Bolivariana.

A estatização do setor petroleiro por parte do governo de Carlos Andrés Pérez em 1976 levou ao nascimento da PDVSA. Antes da estatal, as abundantes reservas de petróleo venezuelanas eram exploradas por empresas estrangeiras, com destaque para as gigantes estadunidenses Shell e Standard Oil, cujos lucros eram incrementados ainda mais pela relaxada política de descontos fiscais dos governantes venezuelanos daquele período. Quase duas décadas depois da derrubada da ditadura de Pérez Jimenez, o governo da Acción Democrática encabeçado por Carlos Andrés Pérez estatiza o setor, dando início a um período de bonança econômica para o país devido também à alta no preço dos barris. Contudo, boa parte da população – especialmente os setores mais pobres – não sentiam os efeitos desse boom econômico e, além disso, logo foram sentidos alguns efeitos adversos de uma economia

monoexportadora: a baixa repentina nos preços dos barris nos anos 80 e 90 levou a acentuadas crises econômicas e rebeliões populares como foi o caso do Caracazo em 1982. (Jones, 2007, p.295). Ademais, ajustes macroeconômicos liberais adotados a partir de medidas pautadas pelo FMI agravaram ainda mais a situação econômica do país no final do século, com o aumento do preço da gasolina e do transporte público afetando diretamente o poder de compra e a qualidade de vida da população. (Maya, 2002, p. 16)

Um dos motivos centrais que explica a falta de penetração da renda petroleira na sociedade venezuelana como um todo é o caráter mais autônomo que a PDVSA adquiriu com relação ao Estado. A sua autonomia possibilitou que novamente os interesses de multinacionais estrangeiras estivessem à frente da exploração do petróleo no país.

Logo a PDVSA tratou de limitar seus deveres fiscais, mediante a criação de uma agenda cada vez mais divorciada do Estado. Rapidamente as grandes companhias transnacionais estabeleceram as estratégias de mercado da gigantesca petroleira venezuelana. Formalmente pública, a empresa distanciava-se cada vez mais de seus objetivos iniciais. Os próprios funcionários, mesmo os de gradação inferior, seguiam uma política salarial própria, criando um padrão de vida muito superior à da maioria da população. Nessa época, a PDVSA ficaria conhecida como “um Estado dentro do Estado”. (MARINGONI, 2008, p 66)

O sociólogo Edgardo Lander (2002, p. 105-112) afirma que a PDVSA atuou de forma dissonante às políticas públicas de cinco maneiras: permitiu o investimento direto estrangeiro no setor, buscou atrair investimento a partir da venda de grandes quantidades de petróleo a preços baixos, não participou da política de controle de preços estabelecida pela OPEP, permitiu a arbitragem internacional em contratos com grandes empresas multinacionais, e liberalizou a participação de ativos estrangeiros a partir de concessões fiscais.

No âmbito legal, a participação do setor privado nacional e internacional na exploração do petróleo venezuelano foi garantida de forma quase paradoxal desde a estatização da indústria petroleira em 1976. A lei denominada “Lei que reserva ao Estado a indústria e o comércio de hidrocarbonetos” incluiu em seu artigo quinto a possibilidade de concessão de convênios de associação ao setor privado

Artigo 5. (...). Em casos especiais e quando assim convenha ao interesse público, o Executivo Nacional ou as entidades acima mencionadas poderão, no exercício de qualquer das atividades mencionadas, celebrar convênios de associação com entes privados, com uma participação que garanta o controle por parte do Estado e com uma duração determinada. (VENEZUELA, 1975, tradução minha)

Em outras palavras, apesar de ser uma estatal, a PDVSA do período puntofijista não rompeu de forma significativa com o monopólio de empresas estrangeiras na Venezuela. Na

década de 90 o governo de Rafael Caldera propôs abrir ainda mais a economia petroleira do país para atrair mais investimento privado estrangeiro (JONES, 2007, p. 296). Nessa mesma época inclusive foi discutida a dissolução da PDVSA por meio de privatizações, algo que representaria a total submissão da economia venezuelana para com os interesses estrangeiros, em particular das multinacionais estadunidenses. A liberalização da empresa e a política “laissez-faire” do governo venezuelano para com ela, são sintomáticas da rendição subordinada do país à política petrolífera estadunidense no período puntofijista, claramente marcado por sua influência desde a sua concepção no Pacto de Nova Iorque em 1957.

Acerca da estrutura econômica venezuelana desse período, Celso Furtado (2008, p.121 - 122) faz uma interessante análise sobre a forma que o relaxamento fiscal contribuiu para uma baixa produtividade e altos níveis de concentração de renda, segundo ele marcos de uma economia de “desperdício”.

Em síntese: criou-se um sistema econômico que produz pouco excedente sob a forma de poupança e impostos (não considerado o setor petroleiro) e que tira pouco rendimento das inversões que o excedente petroleiro permite realizar. É um sistema econômico-social fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente. Disso resulta extraordinária diversificação dos padrões de consumo, o que tem efeitos negativos secundários sobre a produtividade. As dimensões relativamente reduzidas do mercado e a alta diversificação da demanda operam no mesmo sentido. (Furtado, 2008 p. 121-122)

Outro elemento de suma importância a ser debatido quando se trata da política externa venezuelana do petróleo é a sua atuação na OPEP. Como um dos 5 membros fundadores em 1960, a Venezuela do Século XX teve papel importante no estabelecimento do cartel que visava controlar o preço dos barris de petróleo por meio de coordenação internacional e controle de produção. O auge da organização foi atingido nos anos 70 a partir do embargo de 1973 contra os Estados Unidos que deu início à Crise do Petróleo e demonstrou que a organização poderia ser utilizada para fins políticos.

Entretanto, a partir dos anos 80 a organização passou a se enfraquecer de forma significativa devido aos conflitos internos entre o Irã, Kuwait, Iraque e Arábia Saudita, expressos principalmente pela Guerra Irã-Iraque (Dorraj, 1993, p. 20). A falta de coordenação da OPEP contribuiu para a queda brusca do preço do barril, dando fim ao período de acelerado crescimento econômico da Venezuela e já nos anos 90 a organização estava praticamente moribunda.

Ao observarmos estas duas dimensões da política externa petroleira venezuelana do período puntofijista fica bastante claro que não há um projeto consolidado para utilizar os recursos energéticos do país de forma estratégica. A PDVSA em sua situação de “Estado dentro do Estado” não possui capacidade, e nem interesse em alavancar a sua capacidade produtiva em favor do Estado venezuelano. Ademais, no âmbito internacional não existe uma articulação efetiva com a OPEP para fazer valer o peso e a importância de ter as maiores reservas de petróleo do planeta. Somada à baixa capacidade do Estado venezuelano de investir de forma planejada em áreas de interesse nacional, o resultado é efetivamente um país cuja renda é altamente concentrada, e cujos recursos são majoritariamente explorados em prol de interesses privados estrangeiros.

São justamente estes dois aspectos - a administração da PDVSA e a integração com a OPEP - aqueles que sofreram as mais radicais transformações no âmbito da política internacional do petróleo a partir da chegada de Hugo Chávez à presidência e do início do processo da Revolução Bolivariana. Vale ressaltar que o levante popular e tentativa de tomada de poder encabeçada por Chávez junto ao movimento MBR-200 tinha como um de seus principais objetivos opor-se às reformas econômicas promovidas pelo FMI e a retomada de um “nacionalismo petroleiro”, ou seja, desde sua ascensão como figura pública estes temas já apareciam como centrais para o projeto político de Chávez.

Política externa do petróleo na Quinta República

Apesar das imediatas reformas políticas promovidas pelo governo de Hugo Chávez - particularmente a partir da promulgação da nova constituição nacional em 1999 - o campo econômico não foi alterado significativamente até os decretos presidenciais de Novembro de 2001 que estabeleceram as novas leis de pesca, de terra e - mais relevante para o tema aqui discutido - a lei de hidrocarbonetos.

Este decreto representou a primeira transformação significativa na economia petroleira venezuelana por parte do processo da Revolução Bolivariana, nos artigos 4 e 5 das disposições gerais ele estabelece o uso social dos recursos petrolíferos, citando a preservação do meio-ambiente, bem como a importância da inversão de recursos em educação, saúde e outros temas. Ou seja, essencialmente é enfatizada a obrigatoriedade da vinculação da economia petroleira ao desenvolvimento social do país.

Outro ponto relevante que o decreto estabeleceu está no artigo 8, que estabelece a competência do Ministério de Energias e Minas para lidar com todos os aspectos da economia do petróleo: a extração, o desenvolvimento e o controle de preços do produto ficam todos agora atribuídos ao Ministério, ou seja, sujeitos ao projeto macroeconômico do governo.

Nesse sentido, os artigos 29 e 30 subordinam de forma clara as empresas estatais de exploração de petróleo ao regimento e à fiscalização do Ministério de Energias e Minas. Em outras palavras, a PDVSA e suas subsidiárias perdem o caráter mais independente que obtiveram no período puntofijista, agora se subordinando de forma mais direta ao aparato estatal por meio do Ministério de Minas e Energia e se sujeitando aos objetivos políticos do governo.

Artigo 29. As empresas petroleiras estatais serão regidas pelo presente Decreto Lei e seu Regulamento, pelos seus próprios estatutos, pelas disposições que dite o Executivo Nacional através do Ministério de Energia e Minas, e pela legislação comum que seja aplicável.

Artigo 30. O Executivo Nacional, por meio do Ministério de Energia e Minas, exercerá a função de inspeção e fiscalização das empresas petroleiras estatais e as suas filiais, tanto no âmbito nacional quanto internacional, e ditará as diretrizes e as políticas que devem ser cumpridas nas matérias referidas neste Decreto Lei. (Venezuela, 2001. Tradução minha)

Para além do quadro jurídico, a PDVSA também sofreu reformas em sua administração interna, começando pela contratação de um novo presidente, o advogado Ali Rodriguez Araque, que antes ocupou o cargo de Secretário Geral da OPEP. Contudo, estas mudanças não foram capazes de efetivamente “reestatizar” a PDVSA conforme se esperava e a independência da empresa se mostrou novamente a partir de manifestações e greves que ficaram conhecidas como “paro petrolero”. Em meio a esta disputa intensa entre o governo e o alto funcionalismo público da PDVSA, Chávez tomou uma iniciativa ousada e anunciou por meio de seu programa de televisão demissões de diversos funcionários de cargos altos que participaram do locaute. (Maringoni, 2008, p. 123-125).

Estas tentativas de mudanças na configuração da economia petroleira venezuelana desembocaram em ainda mais protestos e locautes que, com o apoio expresso dos principais veículos de comunicação do país, resultaram no golpe de estado de 2002 liderado pelo empresário Pedro Carmona. O golpe durou menos de três dias, mas ainda assim é possível identificar quais seriam as prioridades do governo golpista no que se refere ao petróleo e à política internacional. Em primeiro lugar é importante apontar o quase imediato amparo por parte do governo dos Estados Unidos ao golpe: o embaixador estadunidense em Caracas Charles Shapiro esteve presente na posse de Pedro Carmona, e o FMI foi bastante veloz em oferecer créditos para aquele novo governo que se constituía. (Maringoni, 2008, p. 134).

Ademais, mal assumiu a direção do governo golpista, Pedro Carmona anunciou a revogação dos decretos presidenciais de Chávez - incluindo a Lei de Hidrocarbonetos de 2001 - e expressou de forma contundente a intenção de cessar os acordos econômicos com Cuba. Por fim, as demissões e reformas administrativas na PDVSA que foram consolidadas nos meses anteriores foram revertidas, e muitos dos funcionários da alta burocracia da empresa foram restituídos em seus cargos. (Maringoni, 2008, p. 135).

Todos estes fatos ocorridos no curto período em que se desenvolvia o golpe deixam bastante clara a posição fundamental que a renda petroleira ocupa na disputa política venezuelana. Fica clara também a enorme resistência desempenhada por setores empresariais, tecnocratas do setor petroleiro, e representantes dos interesses estadunidenses no país, na tentativa de frear as transformações econômicas que estavam em curso a partir do projeto bolivariano. Em suma, o quadro político da Venezuela está atado à questão do petróleo e de sua exportação de forma indissociável, e nada demonstra isso de forma mais evidente que o golpe de estado de 2002, um marco claro do acirramento dos embates de diferentes interesses internos e externos no país.

Com a restauração do governo Chávez houve uma continuidade dos protestos e greves promovidos principalmente por setores empresariais e da PDVSA, culminando no evento conhecido como *Paro Nacional* desta vez com graves efeitos na economia do país e explicitando ainda mais a necessidade de um maior controle governamental sobre o petróleo. Frente a isso o governo redobrou os esforços de reestruturação da estatal, resultando em mais de 20.000 demissões. Segundo o historiador e politólogo Diego Bautista Urbaneja (2015, p.125), o episódio representou uma grande vitória por parte do governo e de seu projeto político.

Uma vez terminada a paralisação, foram despedidos da PDVSA uns 20.000 gerentes e empregados que haviam participado desta ação. Isso, por um lado significou uma enorme descapitalização da empresa em capital humano, e por outro significou que a PDVSA passaria a ser um instrumento elástico e dócil das políticas do governo, sem que se pudesse esperar dela uma resistência corporativa de nenhum tipo às ordens governamentais, o que certamente significava para o governo um logro político de primeira ordem. (Urbaneja, 2015, p. 125 -126, tradução minha).

Concomitantemente, o projeto de retomada da renda petroleira estatal também se articulou com uma iniciativa diplomática voltada para o Oriente Médio. A revigoração da OPEP - organização praticamente abandonada pelos governos venezuelanos puntofijistas - se torna parte essencial da agenda internacional de Hugo Chávez, começando com visitas presidenciais a todos os países membros. A que mais chamou atenção entre elas foi aquela realizada no ano de 2000 ao Iraque, país isolado internacionalmente por meio de sanções da ONU e cujo

presidente Saddam Hussein era considerado um pária pelas potências ocidentais principalmente devido à Guerra do Kuwait em 1990. (Jones, 2007, p. 298)

A decisão ousada de visitar o Iraque gerou certo rebuliço internacional. Jornais iraquianos celebravam a chegada de um chefe de estado estrangeiro no país mesmo em meio às dificuldades diplomáticas e até logísticas de tal visita. Por outro lado, o porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Richard Boucher, criticou duramente o presidente venezuelano, afirmando que a sua visita ao Iraque poderia servir para legitimar os crimes dos quais Saddam Hussein era acusado. Apesar das críticas, Chávez se manteve firme em seus planos de reatar relações com o Iraque, algo que deixou claro dois pontos essenciais da nova política internacional adotada pela Venezuela.

O primeiro deles é o compromisso com a renovação da OPEP, mesmo em meio a conflitos de interesse internos do bloco. Após a sua viagem ao Oriente Médio no ano de 2000, Chávez logrou reunir representantes de todos os países membros da OPEP em Caracas para uma cúpula da organização. Naquela reunião foram retomadas políticas de controle de produção para regular os preços, mas agora com a inovação de um sistema por bandas. A posição de liderança de Hugo Chávez nesse novo processo de reerguimento da OPEP logo ficou ainda mais evidente com a designação do ministro de minas e energia venezuelano Ali Rodríguez Araque para o cargo de Secretário-Geral da OPEP.

O segundo ponto é a quebra com o alinhamento aos interesses estadunidenses antes vigentes nos governos puntofijistas. Chávez não permitiu que a imagem “vilanesca” com a qual Saddam Hussein fora pintado pelas potências ocidentais o impedisse de restabelecer relações econômicas com o Iraque, demonstrando de forma contundente que a nova Venezuela estava disposta a agir no meio internacional de forma mais independente e, por vezes, até mesmo controversa.

Esta política independente fica também bastante clara pela aproximação sem precedentes da Venezuela com Cuba que ocorre logo após a chegada de Chávez ao poder. A relação agora bastante amistosa entre os dois países se traduziu também em acordos econômicos lastreados pelo petróleo venezuelano, mas por fazer parte do tema mais geral “relações Cuba-Venezuela” este assunto será tratado posteriormente nesta monografia.

Essencialmente o que ocorre a partir do estabelecimento da Quinta República é uma retomada da autoridade estatal de reger os recursos petrolíferos do país. São concedidos ao Estado maior capacidade de controle de todo o processo, desde a extração, até o alocamento de

recursos. A partir disso são montados programas sociais importantes como as chamadas “misiones”, cujo propósito é converter a renda petroleira em ganhos sociais, especialmente para a população mais pobre. Além disso, a retomada da OPEP se torna agenda prioritária do governo de Chávez, mesmo com todas as desavenças internas e conflitos que permeiam o Oriente Médio.

Relações Cuba-Venezuela no período puntofijista

Um dos marcos mais visíveis da nova política internacional venezuelana do Século XXI é a aproximação com Cuba e seu governo. Cabe aqui portanto verificar as dinâmicas nas relações entre os dois países e realizar uma análise comparativa entre o puntofijismo e o bolivarianismo quando se trata deste tema, tanto no âmbito econômico como no diplomático.

A derrocada de Marcos Pérez Jiménez, em janeiro de 1958, e o início do puntofijismo coincide temporalmente com a Revolução Cubana e a chegada de Fidel Castro ao poder na ilha caribenha. Assim, vale destacar que ambos os países estavam em meio a uma reconfiguração de seus respectivos sistemas políticos e de suas relações exteriores cujas linhas ideológicas foram moldadas pelo contexto da Guerra Fria. Emblemático de um início tenso na relação entre os dois novos governos foi a visita de Fidel a Caracas em 1959 com objetivo de pedir ao recém-eleito presidente venezuelano Rómulo Betancourt o fornecimento de uma quantia de petróleo equivalente a 300.000 milhões de dólares no intuito de diminuir a dependência cubana dos Estados Unidos, cuja hostilidade já estava no horizonte. Entretanto, o pedido foi negado de forma ríspida por Betancourt, que simplesmente ofereceu o petróleo a valor de mercado, frustrando a tentativa cubana de obter preços preferenciais. (Bandeira, 2009, p. 203).

Enquanto o governo venezuelano passava a atuar como porta-voz dos interesses estadunidenses no continente, grupos de esquerda na Venezuela que ameaçavam o governo Betancourt passaram a receber apoio material do governo cubano. Assim, foi desenhado um cenário de intensa hostilidade entre Venezuela e Cuba que culminou na quebra de relações entre os dois países em Novembro de 1961. Junto a países como a Colômbia e o Peru, a Venezuela passa a fazer coro às intenções dos Estados Unidos de excluir, sancionar, e até mesmo interferir militarmente em Cuba. (Bandeira, 2009, p. 348) Estas intenções foram veiculadas principalmente a partir da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde foram discutidas intensamente quais seriam as linhas de atuação dos países membros quanto ao novo governo revolucionário de Cuba, resultando na conferência de 1962 na cidade uruguaia de Punta del

Este onde se aprovou a suspensão de Cuba da OEA com 14 votos favoráveis - um deles da Venezuela - e 6 abstenções. Ademais, em 1964 a Venezuela solicitou uma nova reunião para propor sanções econômicas ao país caribenho, principalmente por supostas agressões ao seu território.

Houve uma certa reaproximação entre os dois países durante o governo de Carlos Andrés Pérez, até que se restabeleceram as relações entre ambos em 1974. Assim, é possível caracterizar a Venezuela do período puntofijista como majoritariamente hostil à Cuba, mas com algumas oscilações. O compromisso dos governos venezuelanos com os interesses estadunidenses, bem como preocupações internas acerca de guerrilhas e movimentos revolucionários de esquerda não permitiram que fossem traçados planos efetivos de cooperação e solidariedade no Século XX.

Relações Cuba-Venezuela na Quinta República

Em contraste, o estreitamento das relações com Cuba se mostrou uma prioridade do governo de Chávez, cujo primeiro grande sinal de aproximação foi a visita de 5 dias de Fidel Castro à Venezuela em outubro de 2000. Nesta ocasião, Fidel e Chávez realizaram um tour pelo país e diversas aparições midiáticas, em que ficou clara a amizade pessoal entre os dois presidentes.(Jones, 2007, p. 302-303). Além de uma simples visita simbólica, o encontro consolidou a cooperação econômica e social entre ambos os países por meio do Convênio Integral de Cooperação entre a República de Cuba e a República Bolivariana da Venezuela, acordo firmado no dia 30 de outubro que estabelece o fornecimento de 53.000 barris de petróleo por parte da Venezuela em troca de assistência em diversas áreas de desenvolvimento econômico e social por parte de Cuba.

A assistência prestada por Cuba conforme delimitada no acordo é bastante ampla. No âmbito da agricultura foram estabelecidos programas de instrução e de desenvolvimento da produção de cana, associados também com assistência técnica na produção açucareira e produtos para pragas. Na área do turismo foi também estabelecido um intercâmbio bastante completo, tomando proveito da experiência cubana em uma indústria de turismo de bastante sucesso foi estabelecida a realização de treinamentos e compartilhamento de informações. Uma das seções mais extensas do acordo se refere à contribuições na área da saúde, por meio do fornecimento de medicamentos, vacinas e equipamentos médicos, além da formação de médicos venezuelanos em Cuba. Por fim, o Convênio incluiu uma cooperação no que se trata

do esporte, com planos de trazer profissionais, técnicos e professores de educação física cubanos para a Venezuela, bem como assistência na formação de novos profissionais.

O acordo foi expandido nos anos seguintes, e em 2005 o fornecimento de petróleo chegou a dobrar, alcançando a cifra de 100.000 barris diários, o que correspondia a cerca de 50% do consumo cubano. O insumo foi fornecido com 40% de desconto, a menos da metade do preço usual do mercado. (Bandeira, 2009 p. 639). Além disso, foram realizados projetos em conjunto para incrementar a indústria petroleira cubana, como a reativação da refinaria Camilo Cienfuegos em parceria com a PDVSA. Esses dados explicitam que a reaproximação com a Venezuela teve uma enorme importância para a ilha caribenha, cujas dificuldades econômicas quase constantes desde a queda do bloco soviético agora estavam sendo amenizadas pelo subsídio de petróleo venezuelano. Ademais, esse apoio - concomitantemente a acordos com o Mercosul e a China - possibilitou a manutenção do sistema político cubano, mesmo sob constantes pressões e ataques internacionais. (Bandeira, 2009, p.643)

Por fim, outro marco importantíssimo da aproximação entre Cuba e a Venezuela Bolivariana ocorreu em 2004 em Havana com a criação da ALBA-TCP, um ambicioso projeto de integração regional que representou uma das oposições mais evidentes à ingerência estadunidense na América Latina e Caribe no Século XXI. Por tocar de forma fulcral no tema das relações Venezuela-EUA, a ALBA-TCP em si, bem como o contexto em que ela foi constituída serão tópicos trabalhados na seguinte seção deste artigo.

A partir desta aproximação diplomática e econômica entre Cuba e Venezuela, o que se desenha é um cenário de cooperação bilateral bastante proveitoso para ambas as partes. As deficiências no âmbito energético de Cuba são amenizadas a partir de subsídios de petróleo venezuelano, enquanto adversidades que permeiam a sociedade venezuelana, como a falta de acesso à saúde e educação de qualidade principalmente nas camadas mais pobres, são parcialmente supridas a partir da assistência de profissionais cubanos. Acordos econômicos dessa natureza frustram portanto os esforços estadunidenses de isolar e deslegitimar o governo cubano, nesse sentido, é possível afirmar que a Revolução Bolivariana representou uma grande oportunidade de “respiro” para Cuba, em meio a sanções e isolamento.

Relações EUA-Venezuela no período puntofijista

A redemocratização da Venezuela com a queda do governo de Marcos Pérez Gimenez já nasceu atada aos Estados Unidos. O Pacto Punto Fijo que viria a reger o país pelas próximas quatro décadas teve um precursor importante: o pacto de Nova Iorque assinado um ano antes em 1957, ainda durante a ditadura de Pérez Gimenez, reuniu dirigentes da Copei, AD e URD para definir os rumos do país a partir da inevitável derrota da ditadura, que naquele momento já era quase certa. (Maringoni, 2008, p. 59).

Tanto o Pacto de Nova Iorque quanto o Pacto de Punto Fijo excluíram o Partido Comunista da Venezuela, fato que, dado o contexto de Guerra Fria e disputas ideológicas na América Latina, representa uma clara inclinação desta nova fase da política venezuelana a se manter alinhada com os Estados Unidos e seus interesses regionais. Este aspecto fica evidente a partir da já comentada hostilidade com a qual a Venezuela tratou o governo revolucionário cubano, principal entrave geopolítico para os Estados Unidos na região até aquele momento. Além disso, do ponto de vista econômico o período puntofijista foi bastante propício para investimentos estrangeiros, beneficiando principalmente grandes empresas petroleiras estadunidenses.

O rumo à direita se solidificaria em novembro de 1961, com o rompimento de relações diplomáticas com Cuba. O primeiro governo puntofijista, liderado pela Ação Democrática, ajustara-se como eficiente elo dos interesses estadunidenses em meio ao acirramento das disputas da Guerra Fria.

Rômulo Betancourt tentou fundamentalmente formar uma burguesia nacional venezuelana, com uma política de substituição de importações, e de vultosas concessões ao capital estrangeiro do petróleo. Essa orientação combinava subsídios a um incipiente setor industrial e facilidades para as grandes companhias petroleiras. (Maringoni, 2008, p. 79)

Relações EUA-Venezuela na Quinta República

Por sua retórica anti-neoliberal e anti-imperialista, Chávez já era visto com bastante desavença e desconfiança por parte dos Estados Unidos mesmo antes de ser eleito em 1998. O ex-embaixador estadunidense Michael Skol se declarou “chocado” e “desapontado” com a proeminência eleitoral que vinha ganhando Chávez, alegando que as suas ações “terroristas e antidemocráticas” constituíam provas de sua inadequação como democrata e líder da Venezuela. Ademais, o Departamento de Estado dos Estados Unidos afirmou que não concederia visto para que ele entrasse no país. (Jones, 2008, p. 227).

Apesar de algumas insatisfações por parte do governo estadunidense quanto à aproximação de Chávez com Fidel Castro e Saddam Hussein, o início de sua presidência não foi um período de contundentes embates entre os dois países. Isso mudou em 2001 com o atentado de 11 de Setembro e o início da chamada "guerra ao terror" do governo Bush. Chávez respondeu ao ataque às Torres Gêmeas com solidariedade às vítimas, mas logo urgiu que os Estados Unidos não utilizassem a ocasião para iniciar uma guerra, acreditando que o combate ao terrorismo deve se concentrar em buscar as causas e origens deste fenômeno. Menos de um mês depois, os Estados Unidos iniciaram a invasão ao Afeganistão, ação à qual Chávez imediatamente se posicionou contrário, reiterando que esta não seria a forma adequada de combater o terrorismo por ela tomar a vida de inocentes (Jones, 2008, p. 312 - 313).

A expressa oposição de Chávez à guerra ao terror desencadeou em uma crise diplomática que por sua vez representou um ponto de virada nas relações entre ambos os países. Nessa ocasião, a embaixadora estadunidense em Caracas Donna Hrinak foi chamada para consulta, e, ao requisitar uma reunião com Chávez para exigir a retratação do presidente venezuelano quanto às suas falas, ela foi sumariamente ignorada (Jones, 2008, p. 313 - 314).

Consequência evidente da crescente insatisfação de Washington com relação à Quinta República venezuelana foi a intensificação da atuação de órgãos de ingerência dentro da Venezuela, sendo o mais visível deles o National Endowment for Democracy (NED), que atuou no financiamento de organizações da sociedade civil opositoras ao governo, como é o caso da *Súmate* liderada por Maria Corina Machado e da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) sindicato comandado por Carlos Ortega. Estas organizações contribuíram para o golpe de estado em 2002, colocando portanto em questão uma possível participação direta dos Estados Unidos neste evento. Há controvérsias sobre o tema, Chávez inicialmente afirmou que o apoio estadunidense ao golpe foi resultado de "desinformações", mas posteriormente passou a acusar os EUA pelo fato. Por outro lado, uma investigação interna acerca da atuação do NED concluiu que a organização não esteve envolvida diretamente (Jones, 2008, p. 322, 388-389). Em todo caso, o pronto apoio estadunidense ao golpe, bem como as conexões entre órgãos de seu governo e organizações golpistas deixam evidente a disposição por parte de Washington de apoiar uma quebra democrática na Venezuela, se essa se apresentasse como a melhor opção para derrotar a Revolução Bolivariana.

Outro aspecto antagônico importante na relação entre Venezuela e Estados Unidos se revela a partir das iniciativas de integração regional fundamentalmente opostas promovidas por

cada um destes países. Assim, é de grande interesse, investigar mais a fundo as disputas políticas vigentes nos primeiros anos do Século XXI a respeito da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) proposta por Bush e da ALBA-TCP (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos) proposta por Chávez.

Com a sua concepção em 1994 - no auge do consenso neoliberal na América Latina - a ALCA foi uma iniciativa encabeçada pelos Estados Unidos, cujo objetivo foi o estabelecimento de uma área de livre comércio que abarcasse todo o Continente Americano. Utilizando o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) como molde, o ALCA visava estabelecer esta área de livre comércio a partir da livre circulação de mercadorias, bem como o acesso irrestrito por parte das empresas e prestadores de serviços estrangeiros aos mercados de bens e serviços nacionais (Arceo, 2003, p. 2-3).

Dadas as disparidades entre a economia industrialmente desenvolvida dos Estados Unidos e as economias fundamentalmente exportadoras de *commodities* dos países latino-americanos, um acordo neoliberal como o ALCA traria efeitos sociais e econômicos adversos para a América Latina. Dentre eles estão as desregulamentações trabalhistas, privatizações, e intensificação no processo de concentração de capital. (Katz, 2006). A ALCA portanto se configura como parte do projeto de domínio estadunidense no continente, e uma tentativa de consolidar ainda mais a sua esfera de influência política e econômica, impondo os seus interesses a partir da ideologia neoliberal do livre mercado.

Assim, durante o seu processo de negociação (1994-2005) o acordo foi recebido com rechaço por parte da sociedade civil em diversos países latino-americanos. A organização com maior expressividade nessa oposição foi a ASC (Aliança Social Continental), uma coalizão de movimentos sociais que tomou a frente na resistência à ALCA a partir de um efetivo projeto de unificação e ampliação desta pauta. (Fritz, 2007, p. 6) Foi nesse contexto de desavenças em que em 2005 ocorreu a IV Cúpula das Américas na cidade argentina de Mar del Plata, encontro onde, dentre outros temas, foi discutida a proposta da ALCA.

Apesar dos esforços de Bush, a ALCA foi amplamente rejeitada durante a cúpula. As principais figuras a tomarem a frente nessa oposição foram os presidentes do Brasil e da Argentina, Lula da Silva e Néstor Kirchner, além do presidente venezuelano Hugo Chávez, em mais uma demonstração de contestação dos interesses estadunidenses no âmbito internacional. Naquele mesmo mês, e na mesma cidade, ocorre também a chamada Cúpula dos Povos, grande encontro de movimentos sociais convocado com uma agenda de discussões diversa, que dentre

seus tópicos estavam inclusas a oposição à militarização, à dívida externa, e ao neoliberalismo, que naquela ocasião, tinha na ALCA a sua máxima expressão. (de laCueva, 2006, p. 8).

A Cúpula dos Povos daquele ano contou com a participação de diversas figuras emblemáticas como o cantor cubano Silvio Rodríguez, o jogador de futebol argentino Armando Maradona, e o líder sindical e futuro presidente boliviano Evo Morales. Mesmo, dentre aqueles que se opuseram ao ALCA, Chávez foi o único presidente que esteve presente no evento. Com palavras fortes, ele expressou total repúdio pela ALCA e pelo presidente estadunidense George Bush. (de la Cueva, 2006 p. 9-10).

É justamente dessa rejeição à ALCA que nasce a ALBA em 2004 a partir de um acordo firmado em Havana entre Hugo Chávez e Fidel Castro. Como oposição ao mecanismo de dominação estadunidense, a ALBA se apresenta como contra-hegemônica, constituindo-se como uma iniciativa vinda de países dominados para fomentar uma nova alternativa de integração regional não apenas no sentido econômico, mas também com um forte caráter social. (González, 2020, p. 11-12). Outros países logo aderiram à ALBA e seus primeiros anos são marcados por uma expansão bastante significativa. O primeiro deles foi a Bolívia em 2006, que, já sob a presidência de Evo Morales, propôs a adição do Tratado de Comércio dos Povos, modificando portanto o nome da organização para ALBA-TCP. Depois seguiram Nicarágua em 2007, Honduras e Dominica em 2008, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas em 2009, Suriname em 2012, Santa Lúcia em 2013 e as mais recentes adesões São Cristóvão e Nevis e Granada em 2014. (González, 2020, p. 13).

É interessante notar que ao longo dos anos de existência do ALBA-TCP, a permanência dos Estados membros esteve bastante dependente da inclinação política de seus governos, demonstrando que há portanto um forte fator político-ideológico, e não apenas econômico, na adesão à organização. O caso mais emblemático é o da Bolívia, que passou a fazer parte da ALBA em 2006, mas que se retirou do acordo em 2019 por decisão do governo golpista aliado dos Estados Unidos de Jeanine Añez. O país volta a fazer parte da ALBA com a volta do MAS à presidência, contudo, recentemente a sua adesão foi suspensa devido ao posicionamento do presidente eleito em 2025 Rodrigo Paz com relação aos governos de Cuba, Venezuela e Nicarágua. Algo semelhante ocorreu no Equador, onde o governo de Lenin Moreno optou por sair da ALBA alegando discordâncias quanto ao gerenciamento da crise migratória venezuelana.

Outro caso que merece destaque é o de Honduras, país que aderiu à ALBA-TCP em 2008, mas que logo se retirou da organização após um golpe de estado que depôs o presidente Manuel Zelaya em 2009. A oposição golpista hondurenha criticava fortemente a Zelaya por sua associação ao chavismo, e com apoio tácito dos Estados Unidos logrou derrocar o presidente e retirar a adesão ao ALBA, assim, para além das questões políticas internas de Honduras, o golpe de 2009 pode ser visto como uma tentativa de frear os avanços do ALBA-TCP, e da influência da Venezuela como um todo na região da América Central e Caribe. (Equipe Politética, 2009, p. 69).

Todos estes casos demonstram que a adesão, ou não adesão ao ALBA-TCP fez, e faz ainda, parte dos debates quanto aos projetos de política externa em diversos países da região: governos de direita mais alinhados aos Estados Unidos têm como prioridade em suas agendas internacionais a retirada da adesão à ALBA, mesmo que isso acabe sendo temporário conforme novos processos eleitorais venham a alterar o alinhamento político do governo mais uma vez.

Concretamente a ALBA se diferencia de outros acordos comerciais regionais como o Mercosul por não promover um “regionalismo aberto”, ou seja, a liberalização da economia e a reciprocidade quanto a abertura de mercados. No lugar, a ALBA propõe seguir os princípios da “cooperação”, “complementaridade” e “solidariedade”, considerando os diferenciais das economias de cada país e levando em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma. Além disso, o compromisso expresso da ALBA é social: o combate à pobreza e o desenvolvimento social são as maiores prioridades da organização. (Fritz, 2007, p. 5-6).

Essa preocupação com o reconhecimento de assimetrias e particularidades de cada economia é facilmente constatado ao verificarmos o caso da Bolívia. Durante a sua participação na ALBA-TCP (2006-2019, 2020-2025) o país contribuiu com o fornecimento de recursos minerais e agrícolas, e com o compartilhamento de conhecimentos de medicina tradicional, biodiversidade e o estudo dos povos indígenas. Tais exportações se beneficiam de liberalizações tarifárias acordadas por parte de Cuba e Venezuela, mas não é requisitada à Bolívia uma liberalização de sua economia. (Fritz, 2007, p. 11).

Outra iniciativa da ALBA-TCP a ser destacada é o seu projeto de integração energética regional por meio do Petrocaribe. De uma forma semelhante ao acordo firmado entre Cuba e Venezuela em 2000, o Petrocaribe estabelece para os membros preços favoráveis para a compra de petróleo venezuelano. Além disso, o acordo incentiva o desenvolvimento de infraestrutura

energética, não apenas baseadas no petróleo, mas também de fontes alternativas como a solar e eólica. (Fritz, 2007, p. 16).

Em conclusão, há um aumento significativo de contradições e hostilidade entre os Estados Unidos e a Venezuela a partir da inauguração da Quinta República. O antagonismo entre Chávez e Bush se faz bastante evidente a partir das palavras pouco cordiais expressadas a respeito um do outro, mas concretamente, ao observarmos com mais atenção as mudanças na política externa venezuelana fica claro que a partir de um posicionamento abertamente anti-imperialista e contra-hegemônico, a Venezuela do Século XXI se coloca como um entrave para os objetivos políticos e econômicos dos Estados Unidos principalmente na América Latina, e em menor medida também no Oriente Médio.

Considerações finais

Mesmo que não exaustivas, as comparações realizadas aqui explicitam algumas das mais relevantes transformações sofridas pela política internacional venezuelana a partir da presidência de Hugo Chávez e da Revolução Bolivariana. A priorização das relações econômicas com a América Latina e com o Caribe se soma a uma intransigente oposição aos interesses estadunidenses na região, e assim se desenha uma linha de atuação internacional completamente inédita na história do país. É também um posicionamento bastante único dentre os países sul-americanos no Século XXI. Mesmo com a chamada Onda Rosa atingindo países como a Argentina, Bolívia, Brasil, e Equador, o caso da Venezuela é o mais ousado quanto ao âmbito internacional e por isso é também o mais rememorado, seja através de críticas ou elogios. Acerca disso, Urbaneja (2015,p. 131) sintetiza bem a conjuntura:

A abundante renda petroleira, e aspectos do projeto político de Hugo Chávez na área internacional deu lugar a uma nova faceta da distribuição de renda: a distribuição internacional da renda. A política anti norte-americana como parte da tese revolucionária, a integração regional como parte de tal coisa, e a necessidade de obter apoios internacionais, levaram o governo a uma generosa política econômica internacional, pela qual foram repartidas de diversas formas quotas de renda a países que pudessem ser interessantes a estes propósitos. A mais favorecida foi Cuba, seguida da Argentina, Bolívia, Nicarágua, várias ilhas do Caribe, Uruguai, Paraguai e Brasil.

Contudo, existe um elemento de constância que perpassa por todos os fatores aqui discutidos: o petróleo. É certo que a Revolução Bolivariana tratou de lidar com a economia

petroleira em outros termos, com maior participação estatal, maior uso social, e maior articulação internacional. Porém, é inegável que o petróleo, em sua posição de principal veículo da projeção internacional venezuelana, manteve-se intacto.

É justamente esse modelo rentista petroleiro, assim como a alta concentração de produção e distribuição de bens, que tornam a Venezuela um país extremamente vulnerável a uma guerra econômica a partir de ações políticas de desestabilização por meio do mercado e da economia. (Curcio, 2017, p. 167-168). Vale portanto ressaltar que esta nova política do petróleo, tanto na esfera doméstica quanto na externa, vem tendo o seu alcance reduzido devido à grave crise econômica induzida que acomete o país há cerca de uma década.

Diante deste cenário de guerra econômica promovida pelos Estados Unidos, que agora toma também dimensões militares, é importante nos atentarmos para o fato que a Revolução Bolivariana é ainda um processo em curso, cuja efetividade e alcance vêm oscilando ao longo dos anos. Assim, o futuro de sua projeção externa é incerto, e o imperialismo estadunidense já demonstrou que despenderá esforços para detê-la. Em todo caso, sendo duradoura ou não, os esforços de articulação internacional promovidos pela Revolução Bolivariana são certamente de muito interesse para que sejam pensadas novas alternativas para a política externa na América Latina.

REFERÊNCIAS

ARCEO, Enrique. El ALCA: acuerdos, confrontaciones y proyectos de sociedad. **Revista Realidad Económica** Número 200, 16 de novembro - 31 de dezembro de 2003. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 798 p. ISBN 978-8520008669.

BOLÍVAR, Simón. **CARTA de Jamaica**. Destinatário: Pedro Briceño Méndez. Kingston, 6 set. 1815. 1 carta. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/view/256/252>. Acesso em: 28 mai. 2025.

CURCIO, Pasqualina Curcio. **La Mano Visible del Mercado: Guerra Económica en Venezuela**. 4. ed. Caracas: Editora Nosotros Mismos, 2017. 252 p. ISBN 9789807803052.

de la CUEVA, Héctor. **Mar del Plata: el ALCA no pasó** Una Victoria de la Cumbre de los Pueblos. OSAL, Observatorio Social de América Latina, ano 6, no. 18. CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. Argentina: Argentina. jan. 2006.

DORRAJ, Manochehr. Will OPEC Survive?. **Arab Studies Quartely**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 19-32, outono 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41858061?seq=13>. Acesso em: 30 jul. 2025.

EQUIPO POLIÉTICA. **Consolidar la revolución bolivariana para avanzar en Nuestra América**. Poliética, Caracas, ano 2, n. 7, p. 62-72, 200

FRITZ, Thomas. **ALBA contra ALCA: La Alternativa Bolivariana para las Américas**: una nueva vía para la integración regional en Latinoamérica. Centro de Investigación y Documentación Chile Latinoamérica (FDCL), Berlin, abr 2007.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**: Subdesenvolvimento com abundância de divisas. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, ago 2008. 187 p. ISBN 978-85-7866-003-1.

GONZÁLEZ, María de Carmen Pérez. EL ALBA-TCP: de la emergencia a la resistencia. **Revista Temas Sociológicos**, [s. l.], n. 27, p. 219-244, 31 dez. 2020. DOI 10.29344/07196458.27.2428. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es> >. Acesso em: 8 out. 2025.

JONES, Bart. **Hugo Chávez**: Da Origem Simples ao Ideário da Revolução Permanente. São Paulo: Novo Conceito, 2008. 516 p. ISBN 978-85-99560-42-6.

JUNIOR, Caio Prado. A Revolução Brasileira. In: JUNIOR, Caio Prado; FERNANDES, Florestan. **Clássicos Sobre a Revolução Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000. cap. 1, p. 25-53. ISBN 85-87394-14-2.

KATZ, Claudio. **El torbelino de la integracion**. CADTM - Comité para la abolición de las deudas ilegítimas, [S. l.], 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.cadtm.org/El-torbelino-de->

la-integracion. Acesso em: 3 nov. 2025.

LANDER, Luis Edgardo. Gobierno de Chávez: ¿nuevos rumbos en la política petrolera venezolana?. **Estudios Latinoamericanos**, [s. l.], ano 9, n.17, p.93-121, jan-jun 2002.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 200 p. ISBN 9788571399044.

MAYA, Margarita López; SMILDE, David; STEPHANY, Keta. **Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de acción colectiva en 1999**. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2002. 176 p. ISBN 9509231762.

STOLOWICZ, Beatriz. O "Pós-Neoliberalismo" e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina. **Revista de Estudo e Pesquisa Sobre as Américas**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 189-215, 2020.

URBANEJA, Diego Bautista. **La Política Venezolana Desde 1958 Hasta Nuestros Días**. 1. ed. Caracas: Centro Gumilla, 2015. 165 p. ISBN 980-250-013-5.

VENEZUELA. Lei nº 1.769, de 29 de agosto de 1975. Ley Orgánica que reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos. **Gaceta Oficial**, [S. l.], 29 ago. 1975. Disponível em: <https://venezuela.justia.com/federales/leyes-organicas/ley-organica-que-reserva-al-estado-la-industria-y-el-comercio-de-los-hidrocarburos/gdoc/>. Acesso em: 14 set. 2025.

VENEZUELA. **Decreto-Lei nº 1.510, de 13 de novembro de 2001**. Ley de Hidrocarburos. [S. l.], 13 nov. 2001. Disponível em: <https://docs.venezuela.justia.com/federales/leyes/ley-de-hidrocarburos.pdf>. Acesso em 11 set. 2025.